

Folha do CJF

TECNOLOGIA

Justiça Federal será interligada por INFOVIA

CJF ESTÁ PROVIDENCIANDO A AQUISIÇÃO DE UMA REDE PRIVADA DE TRANSMISSÃO DE DADOS PARA TODA A JUSTIÇA FEDERAL. A CHAMADA "INFOVIA" VAI PERMITIR MAIS AGILIDADE E SEGURANÇA NO TRÁFEGO DE INFORMAÇÕES, ALÉM DE VIABILIZAR A UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS UNIFICADOS **p. 4 e 5**

GESTÃO

Gestores do CJF e da JF se preparam para mudar o modelo de governança p. 6 e 7

MODERNIZAÇÃO

CJF dá início à digitalização de seus documentos p. 2



CJF começa a digitalizar seus documentos

Inicialmente, está sendo convertido para o formato digital, o acervo já arquivado. Em breve, toda a documentação institucional passará a ser eletrônica

O Conselho da Justiça Federal (CJF), seguindo os passos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), entra na era digital. Desde o dia 7 de junho, os processos e documentos arquivados estão sendo digitalizados. Dez dias depois do início dos trabalhos, 7.238 documentos já passaram para o suporte digital. A meta é que, no futuro, o papel

seja eliminado do órgão, assim como está acontecendo no STJ. A estimativa é que sejam digitalizados cerca de 14 milhões de documentos.


De acordo com o secretário de Administração do CJF, Misael Guerra Pessoa de Andrade (foto), os processos que se encontram no Arquivo-Geral são os primeiros a serem digitalizados porque já estão finalizados. “Mediante acordo de cooperação com o STJ, estamos aproveitando a mesma equipe que promoveu a digitalização dos processos do tribunal”, disse.

Para digitalizar os milhares de papéis, uma equipe de 80 jovens com deficiência auditiva (DA), com idades entre 19 e 25 anos, dividem turnos matutino e vespertino de seis horas diárias para a concretização do trabalho. “Escolhemos jovens com DA para dar uma oportunidade de trabalho, já que o tribunal também possui um programa de inclusão social”, contou o coordenador de Registro do Processo Recursal do STJ, Francisco Lima Coutinho.

O coordenador destaca que os jovens aprendem rápido e são muito eficientes. “São pessoas dedicadas que nunca trabalharam e encontraram aqui uma oportunidade. Por isso, só tenho elogios. São bons profissionais”, enalteceu Coutinho. Ele acredita que com o empenho dos jovens, os 50 mil processos iniciais devem ser digitalizados em quatro meses.

A digitalização é feita da seguinte maneira: os processos, reunidos em uma caixa, passam por uma higienização,



na qual se retiram grampos e lacres, deixando apenas o papel, para, em seguida, passarem pelo *scanner* e posteriormente serem conferidos novamente. Depois, os processos escaneados são inseridos no *software* desenvolvido pelo STJ para armazenar esses documentos. 

Cronologia de digitalização:

1º dia	221 processos
2º dia	505 processos
3º dia	741 processos
4º dia	509 processos
5º dia	791 processos
6º dia	694 processos
7º dia	501 processos
8º dia	1.199 processos
9º dia	1.237 processos
10º dia	840 processos
Total de 7.238 processos digitalizados	



Jovens com deficiência auditiva encontraram oportunidade de trabalho na digitalização

Folha do CJF

Número 19 – maio/junho 2010

Conselho da Justiça Federal
SAFS, Quadra 6, lote 1, trecho III, Prédio Ministros I, 3º andar
CEP: 70095-900 - Brasília-DF
Fone: (61) 3319-6556/6678
Fale conosco: imprensa@cjf.jus.br

Ministro CESAR ASFOR ROCHA
Presidente

Ministro ARI PARGENDLER
Vice-Presidente

Ministro FRANCISCO FALCÃO
Corregedor-Geral da Justiça Federal,
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos
Juizados Especiais Federais e
Diretor do Centro de Estudos Judiciários

Ministra LAURITA VAZ
Ministro LUIZ FUX
Desembargador Federal OLINDO HERCULANO DE MENEZES
Desembargador Federal PAULO ESPIRITO SANTO
Desembargador Federal ROBERTO HADDAD
Desembargador Federal WILSON DARÓS
Desembargador Federal LUIZ ALBERTO GURGEL

Membros efetivos

Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI
Ministro CASTRO MEIRA
Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO
Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA
Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE NETO
Desembargador Federal ÉLCIO PINHEIRO DE CASTRO
Desembargador Federal MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS

Membros suplentes

Eva Maria Ferreira Barros
Secretária-Geral

Roberta Bastos Cunha Nunes – FENAJ 4235/14/12/DF
ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Ana Cristina Sampaio Alves
COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO IMPRESSA

Adriana Dutra
CHEFE DA SEÇÃO DE IMPRENSA

Raul Cabral Méra
CHEFE DA SEÇÃO DE PLANEJAMENTO VISUAL

Camila Cotta
Thais Del Fiaco
REPÓRTERES

Paulo Rosemberg
Edson Queiroz
FOTOGRAFIAS

Claudia Pires El-moor
PROJETO GRÁFICO

Raul Cabral Méra
Leandro Naves Cavalcante
DIAGRAMAÇÃO E ILUSTRAÇÃO

Coordenadoria de Serviços Gráficos
do Conselho da Justiça Federal
IMPRESSÃO

Novas regras para consultas ao Colegiado


O CJF aprovou novas regras para consultas ao Colegiado. De acordo com a Resolução CJF 105, o assunto a ser levado ao Conselho deve ter interesse comum aos tribunais regionais federais e situações peculiares devem ser resolvidas no âmbito de cada TRF. Também ficou definido que qualquer servidor, até via e-mail, pode contribuir para o melhor desempenho da Justiça Federal encaminhando sugestões de normas de padronização. Caberá ao CJF dar seguimento ou não às propostas seguindo parecer técnico.

As consultas devem conter a indicação precisa de seu objeto e ser acompanhadas do parecer das áreas técnicas do tribunal. As já encaminhadas serão examinadas após ratificação do presidente do tribunal interessado. O presidente do CJF pode indeferir liminarmente a consulta que não atender aos requisitos definidos, comunicando ao presidente do tribunal.

Compete exclusivamente às presidências dos TRFs encaminhar ao CJF consultas acerca da interpretação e aplicação de normas legais e regulamentares relativas a recursos humanos, gestão documental e informação, administração orçamentária e financeira, controle interno e



Sessão do CJF realizada em 13 de maio


informática, bem como sobre outras matérias que necessitem de coordenação central e padronização. Relatada pelo vice-presidente do CJF, ministro Ari Pargendler, a matéria foi votada na sessão do dia 13 de maio. 

Contribuição tardia de servidor licenciado

Servidor que tirou licença não-remunerada e quer recolher tardiamente a contribuição previdenciária relativa a esse período, para obter efeito retroativo da manutenção de vínculo com o regime do Plano de Seguridade Social (PSS), deve fazer esse pedido perante o gestor do INSS, e não na Justiça Federal. Foi o que decidiu o CJF, em processo sob a relatoria do ministro Ari Pargendler.

O processo baseou-se em consulta formulada pelo TRF da 3ª Região sobre servidora que, tendo retornado ao serviço após licença de três anos para tratar de interesses particulares, desejava recolher a contribuição previdenciária relativa ao período em que esteve de licença não-remunerada.


Em seu voto, o relator afirmou que a vinculação ao PSS é uma faculdade conferida

ao servidor licenciado, conforme dispõe o artigo 183, parágrafos 3º e 4º da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Lei 10.667/2003. No entanto, a manutenção desse vínculo deve ser explicitada a tempo de cumprir o prazo estipulado na lei: “até o segundo dia útil após a data do pagamento das remunerações”. No caso, o prazo decorreu sem que a servidora tivesse tomado qualquer iniciativa nesse sentido. 

Estágio probatório de três anos

A Justiça Federal deve seguir entendimento consolidado no Supremo Tribunal Federal (STF), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca da ampliação de dois para três anos do estágio probatório no serviço público. O entendimento do CJF atende a consulta formulada pelo TRF da 5ª Região.


De acordo com o relator da matéria, desembargador federal Luiz Alberto Gurgel de Faria, o tema foi pacificado nas cortes superiores tendo em vista a alteração promovida pela Emenda Constitucional 19/98 no artigo 41 da Constituição Federal, o qual trata do aumento do prazo para a aquisição da estabilidade no serviço público de dois para três anos. Para o relator, entende-se vinculado o aumento do estágio probatório à conquista da estabilidade no serviço público.

Desta forma, o CJF propôs modificações na Resolução 43/2008 que disciplina o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho Funcional (SIADES) no âmbito do CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, passando a duração do estágio probatório de 24 para 36 meses. 

Licença-prêmio não pode ser desaverbada

Ao responder consulta formulada pelo TRF da 1ª Região, o CJF disse ser impossível desaverbar períodos de licença-prêmio por assiduidade já integralizados para o cômputo da aposentadoria e para o recebimento do abono de permanência. A matéria foi relatada pelo desembargador federal Wilson Darós, presidente do TRF da 4ª Região.

A servidora interessada averbou períodos de licença-prêmio não gozados ao seu tempo de serviço, os quais são contados em dobro. Ao completar o tempo para a aposentadoria voluntária, optou por permanecer em atividade, tendo, portanto, direito à percepção do abono de permanência. O período de licença-prêmio não gozado e contado em dobro fez parte da contagem do prazo para a aposentadoria e do recebimento do abono de permanência.

Ela, então, solicitou a desaverbação do último período de licença-prêmio, de três meses, com o objetivo de gozá-lo. O relator da matéria utilizou acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) e recente jurisprudência do TRF da 4ª Região para dar seu voto. De acordo com os tribunais, é “irretratável” a opção pela contagem em dobro da licença-prêmio para a aposentadoria e concessão do abono de permanência. “A meu ver, seria absurdo o servidor poder dispor de um mesmo direito várias vezes para diversos fins”, disse o desembargador em seu voto. 

Justiça Federal terá rede própria para transmissão de dados

O CJF aprovou a instituição da Infovia da Justiça Federal: uma solução unificada de comunicação de dados no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus

A Infovia vai atender ao aumento constante da demanda dos serviços judiciários por tecnologia, principalmente após a implantação do processo digital, que exige a ampliação da capacidade de tráfego de dados nos meios de comunicação digitais atuais. O relator do processo, ministro Ari Pargendler (foto), explica que a rede privada também permitirá a interligação entre as seções judiciárias, os tribunais regionais federais e o Conselho, com transmissão de dados e imagens, bem como realização de videoconferências.

De acordo com a Resolução 104 do CJF, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de maio, o projeto vai aperfeiçoar a gestão dos contratos de links de transmissão, promovendo a unificação, padronização e maior integração dos serviços disponibilizados em áreas remotas do país, melhorar a qualidade dos serviços e reduzir custos, por meio da economia de escala. Além disso, a Infovia vai promover a distribuição igualitária dos investimentos em tecnologia entre os órgãos da Justiça Federal.

O CJF será responsável pela licitação da empresa que vai implantar a rede de transmissão de dados. De acordo com o ministro Ari Pargendler, a Infovia é um pré-requisito para os projetos de desenvolvimento de aplicações unificadas, tais como o SIGJUS (Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal). “É um grande avanço tecnológico. Hoje, algumas regiões da Justiça Federal se ressentem da falta de

uma ferramenta de comunicação”, afirma o ministro.

A Infovia atende também determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do



Poder Judiciário, referentes ao nível mínimo necessário de capacidade de tráfego de dados e informações dos links de transmissão, fixado em 2 Mbps. Com a Infovia, o tráfego de dados entre as unidades da Justiça Federal será feito por rede privada, garantindo independência em relação à internet. O projeto prevê a incorporação das 230 novas varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.

De acordo com o subsecretário de Tecnologia e Suporte Técnico do CJF, André Chiaratto, hoje cada unidade da Justiça Federal tem sua rede própria de comunicação de dados, as quais não estão interligadas. “O acesso de uma rede à outra se dá pela internet. Com a contratação da rede privada e unificada, o acesso se dará internamente, o que aumenta a segurança no acesso aos dados”, explica.

Comissão instituída no CJF com a participação dos tribunais regionais federais será responsável por aprovar o plano executivo de implantação da Infovia, acompanhar a implantação dos serviços e adequá-los às necessidades de cada seção judiciária, fiscalizar a execução do contrato e encaminhar relatórios de acompanhamento ao Comitê do Sistema de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, que fará a supervisão técnica do projeto.

A Comissão tem até outubro para apresentar o plano executivo com o cronograma de implantação da Infovia. Os recursos orçamentários hoje gastos em cada região para os serviços de links de transmissão de dados serão remanejados gradualmente para o CJF, à medida que forem sendo substituídos os serviços pela Infovia da Justiça Federal. A Resolução define, ainda, que os TRFs e as seções judiciárias só poderão realizar novos contratos para a prestação de serviços de transmissão de dados se eles não se sobrepuserem ao cronograma de implantação da Infovia da Justiça Federal.



A Infovia é um projeto integrante do SIGJUS, o Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal, idealizado pelo CJF em parceria com os TRFs. Segundo o secretário de Administração do CJF e também secretário executivo do SIGJUS, Misael Guerra, após a assinatura do contrato estima-se em seis meses o prazo para a implantação da Infovia. Ele salienta

a economia de recursos que o projeto vai proporcionar a longo prazo, não só com a unificação dos contratos de transmissão de dados existentes em cada tribunal e seção judiciária, mas com os custos de telefonia, pois a Infovia permitirá o uso da telefonia IP: “Vamos economizar cerca de R\$15 milhões em despesas com telefone”, garante. 🌱



*Subsecretário de
Tecnologia e Suporte
Técnico do CJF,
André Chiaratto*

Como vai funcionar a Infovia

A Rede de Comunicação de Dados (Infovia) da Justiça Federal será uma rede privada de transmissão de dados entre o CJF e a Justiça Federal de 1º e 2º graus, interligada através de topologia Full-Mesh, utilizando tecnologia MPLS (*Multi Protocol Label Switching*). Um exemplo do uso dessa tecnologia é que mesmo que a rede de um tribunal esteja indisponível, as unidades da região permanecerão com acesso à internet. Serão 293 localidades atendidas, incluindo CJF, TRFs, todas as seções e subseções judiciárias e as 230 novas varas federais previstas na Lei 12.011/09.

A Infovia vai consolidar a integração e o compartilhamento de dados entre os órgãos da Justiça Federal, além de viabilizar a utilização de sistemas nacionais centralizados, o tráfego de processos eletrônicos, e a utilização

de recursos de videoconferência e da telefonia IP (somente entre as unidades que já possuem tal tecnologia).

O meio físico a ser utilizado na Infovia vai depender da localidade atendida. Poderá ser utilizada fibra ótica (em capitais ou cidades de maior porte), radio digital, enlace via satélite (para lugares mais distantes) ou par metálico (dois cabos metálicos por onde trafegam as informações, utilizado em velocidades de conexão mais baixas). As conexões (enlaces) do CJF, TRFs e seções judiciárias serão redundantes, ou seja, haverá dois links em cada localidade para garantir a disponibilidade do serviço, mesmo que um dos enlaces falhe.

A rede será flexível em termos de velocidade do tráfego de dados, de forma a não superestimar nem

subutilizar as comunicações. Serão quatro níveis de velocidades de acordo com a localidade, podendo chegar até 155 Mbps em alguns tribunais.

A Infovia vai dispor de um serviço privado de internet, cuja velocidade do link vai variar entre 360 e 622 Mbps. O serviço será centralizado na operadora de telecomunicação, porém disponível em todas as localidades. Como a rede permitirá o acesso a todas as informações da Justiça Federal, a internet será basicamente utilizada para acesso externo, o que otimiza o recurso.

A segurança será centralizada para garantir proteção à rede contra ataques externos via internet, e descentralizada, dentro da própria rede de cada órgão, para evitar propagação de vírus e outros males da internet.

Preparando-se para a mudança

Com dinâmicas de grupo e muita troca de informação, a Secretaria de Desenvolvimento Institucional do CJF quer ampliar a visão dos servidores sobre seu trabalho e convidá-los para o processo de modernização institucional



Equipe da Secretaria-Geral do CJF em dinâmica de grupo

A Secretaria de Desenvolvimento Institucional (SDI) do CJF promoveu durante o mês de junho encontros com todas as unidades administrativas do órgão com o propósito de nivelar o conhecimento sobre o processo de modernização institucional e suas interfaces com o trabalho conduzido pela Secretaria. A SDI está coordenando a implantação do planejamento estratégico no âmbito do órgão e o mapeamento dos processos de trabalho do próprio CJF e de todas as instituições pertencentes à Justiça Federal. A maioria dos projetos estratégicos do CJF é de caráter nacional, o que reforça o seu papel de órgão central dos sistemas administrativos da Justiça Federal.


Por meio de uma dinâmica de grupo que utilizou o Mapa Estratégico do CJF – contendo a missão e visão de futuro do órgão –, cada servidor foi convidado a refletir sobre seu trabalho dentro da unidade a que está vinculado e como ele contribui para o cumprimento

das metas e da missão do Conselho. No final de cada encontro, a SDI distribuiu a cartilha “Estratégia para vencer desafios: modelo de governança e efetividade da gestão” (ver box), contendo informações sobre o planejamento, as metas para 2010, a competência da SDI, o mapeamento de processos e a importância da gestão da mudança.

Segundo a secretária de Desenvolvimento Institucional Márcia Melo, os encontros foram um primeiro passo rumo à aproximação com a equipe de planejamento estratégico e à desmistificação do papel da SDI, principalmente no tocante ao apoio que oferecerá a cada unidade no seu dia a dia. Em sua avaliação, o resultado dos encontros foi positivo, apesar da natural resistência ao novo. “A partir da ampliação da visão do servidor acerca do seu próprio trabalho e das ações empreendidas pela SDI no processo de mudança, essas resistências deverão ser superadas gradativamente”, garante a secretária.

Integração

Para a secretária da Corregedoria-Geral (CG/ CJF) Denise Guimarães Tangari, mesmo tendo conhecido o Mapa Estratégico do CJF na época de sua idealização, o uso dele na reunião da SDI explicitou o papel da unidade. “Trouxemos para a realidade o que está no papel”, comentou ela. O estatístico da Corregedoria-Geral Joelmir Rodrigues da Silva teve a mesma impressão e ressaltou a integração entre as unidades: “Gostei muito de conhecer as outras funções exercidas pela Corregedoria, além de compreender melhor o trabalho da Secretaria de Tecnologia da Informação, que estava presente à mesma dinâmica”.

Para a servidora da Assessoria Técnica da Secretaria-Geral Milene Goston Nery foi uma oportunidade de conhecer outras áreas da mesma unidade – Assessorias de Comunicação Social e de Gestão de Obras – e, dessa forma, reforçar o espírito de coletividade que o CJF pretende que seja alcançado em seu processo de mudança. 

Cartilha consolida entendimento da mudança

“Estratégia para vencer desafios: Modelo de governança e efetividade da gestão” é o tema da cartilha recebida pelos servidores de todas as unidades do CJF ao final das apresentações da Secretaria de Desenvolvimento Institucional (SDI). Durante os encontros, a SDI apresentou as diretrizes, as metas e a metodologia que norteiam os projetos da área, os quais impactam diretamente o CJF e a Justiça Federal. “A intenção da SDI é evidenciar a interface de seus processos de trabalho com as demais unidades do Conselho”, informa Márcia Melo, secretária de Desenvolvimento Institucional.

A elaboração da cartilha pela SDI, em parceria com a Assessoria de Comunicação Social, objetivou consolidar o entendimento do processo de modernização e os seus impactos no dia a dia de trabalho de cada unidade administrativa do Conselho, bem como servir de fonte de consulta para os servidores.



Justiça Federal inicia cumprimento da Meta 5

A meta, estipulada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para todo o Poder Judiciário, é implantar métodos de gerenciamento de rotinas em pelo menos 50% das unidades judiciárias de primeiro grau do país. Na Justiça Federal, o trabalho está sendo coordenado pelo CJF


A Justiça Federal já está trabalhando para cumprir a Meta 5 do Judiciário. A tarefa está sendo coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Institucional (SDI) do CJF e tem como gestor nacional o juiz federal em auxílio à Corregedoria-Geral da JF Élio Wanderley (foto). Cada tribunal regional federal (TRF) designou juízes federais como gestores regionais dessa meta.

De acordo com a SDI, o projeto de implantação do método de gerenciamento de rotinas na primeira instância abrangerá na primeira etapa 50% das varas de competência cível da Justiça Federal. A equipe das varas será responsável por levantar quais os processos (rotinas) existentes e elencar os três considerados mais relevantes (críticos). “Este é um trabalho nunca feito”, avalia Silvana Soares, servidora da SDI e gerente do projeto em âmbito nacional. Cada TRF terá o seu gerente regional.

Em videoconferência realizada no dia 26 de maio entre o CJF e os cinco TRFs, a SDI apresentou a metodologia de gerenciamento do projeto que será utilizada para o cumprimento da Meta 5. A partir da elaboração de uma lista única dos processos das varas cíveis, serão definidos três processos objeto de mapeamento para implantação da metodologia de gerenciamento de rotina em âmbito nacional, iniciando pelos workshops regionais.

Na sequência, magistrados e servidores envolvidos no projeto serão capacitados, tanto presencialmente, na metodologia a ser desenvolvida nos workshops pelos membros dos escritórios de processos, como a distância, em conceitos básicos de gerenciamento de processos e no uso da ferramenta Bizagi de mapeamento. De acordo com a secretária de Desenvolvimento




Institucional Márcia Melo, a participação dos juízes no treinamento on-line contribui para o cumprimento da Meta 8, segundo a qual 50% dos magistrados devem ter pelo menos 40 horas de capacitação em administração judiciária, priorizando-se o ensino a distância. 

Unidades aprendem metodologia de gerenciamento de projetos

A Secretaria de Desenvolvimento Institucional (SDI) do CJF vem visitando as unidades do órgão com o objetivo de apresentar a metodologia de gerenciamento de projetos que será adotada em toda a Justiça Federal. Já participaram das reuniões cerca de 30 gestores e gerentes de projetos.

De acordo com a equipe que vem apresentando a metodologia – Roberta

Araújo, Silvana Soares, Marcos Teixeira e Marcos Kronenberger –, os gestores apoiaram a iniciativa e compreenderam a importância de se estabelecer um método sistematizado de gerenciamento de projetos que envolva todas as unidades participantes, estabeleça a memória do trabalho, evite desperdício de esforços e recursos, e permita o total controle de seu cumprimento.

Segundo informou a SDI, todos os tribunais regionais federais já estão trabalhando com a metodologia, que vem sendo implantada desde março com o apoio de workshops e videoconferências. Os escritórios de projetos regionais (nos TRFs) e nacional (no CJF) serão responsáveis por gerenciar todo o processo de elaboração e acompanhamento dos projetos. 

JF inclui boas práticas nos processos de trabalho

Definidas como as melhores formas de se realizar uma atividade, as Boas Práticas são orientações que permitem ao gestor aumentar a eficiência da unidade. O conceito é adotado na metodologia de mapeamento de processos da Justiça Federal. Equipes do CJF estão sendo treinadas na ferramenta Bizagi de mapeamento e na metodologia de gerenciamento de processos para extrair as Boas Práticas, de modo a disseminá-las em toda a Justiça Federal.

De acordo com Silvana Soares, da Secretaria de Desenvolvimento Institucional (SDI) do CJF, responsável pelo treinamento, os processos já mapeados estão sendo reavaliados e serão novamente validados nos tribunais e seções judiciárias, já com as Boas Práticas. “Elas vão permitir o acompanhamento da implantação dos processos na Justiça Federal”, explica Silvana. Esse trabalho irá consolidar a tarefa de mapeamento de processos executada até agora – antes, havia cinco sistemas identificados na Justiça Federal; hoje já são 12.



Justiça Federal alinha projetos nacionais

Reunião entre CJF e TRFs faz balanço de projetos nacionais. Entre eles o SIGJUS, a gestão por processos e o Plano Diretor de Tecnologia

A secretária-geral do CJF, Eva Maria Ferreira Barros, reuniu-se com os diretores-gerais dos cinco tribunais regionais federais no dia 18 de maio com o objetivo de fazer um balanço do andamento das ações e projetos da instituição. Os secretários do CJF também estavam presentes. “Esta é uma reunião informativa sobre projetos de grande relevância que envolvem todos os TRFs. Por isso precisamos estar alinhados para viabilizá-los”, disse a secretária-geral na abertura do encontro.

Questões como o plano de distribuição de recursos orçamentários para a instalação, ainda este ano, de 46 das 230 varas federais aprovadas pela Lei 12.011/09, a proposta orçamentária para 2011, o Planejamento Estratégico da Justiça Federal, a situação do SIGJUS (Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal), a gestão por processos na Justiça Federal, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e os projetos do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) estavam entre os temas da pauta.

Projetos

A secretária-geral do CJF enfatizou a importância do envolvimento e compromisso de toda a Justiça Federal na implantação de projetos de âmbito nacional. Segundo ela, a instituição vive um momento de trabalho árduo e grandes desafios, tendo em vista o cumprimento das metas prioritárias definidas pelo Judiciário. Ela reforçou ainda a importância da implementação dos processos-

padrão de trabalho, mapeados em toda a Justiça Federal, para a uniformização dos 12 sistemas organizacionais da Justiça Federal (Gestão de Pessoas, Administração Geral, Planejamento e Orçamento, Controle Interno, Estatística, Assuntos da Magistratura, Assuntos da Saúde, Corregedoria, Assuntos de Gabinetes, Tecnologia da Informação, Desenvolvimento Institucional e Ensino/Informação).


“Precisamos trazer resultados práticos para todo este esforço. O primeiro deles será um manual das rotinas, o que nos permitirá melhorá-las e desenvolver sistemas para automatizá-las”, disse. Segundo Eva Barros, o mapeamento dos processos de trabalho, que foi iniciado com o Sistema de Gestão de Pessoas, está em estágio adiantado. Já foi implantado o processo de requerimento e concessão de férias e iniciado o mapeamento das rotinas dos gabinetes de juízes. O secretário de Administração do CJF, Misael Guerra, informou que todos os processos de trabalho mapeados serão publicados no Portal da Justiça Federal na internet. A importância do envolvimento do servidor que executa a rotina para o sucesso do trabalho de mapeamento foi reconhecida como o grande diferencial do SIGJUS e uma prática a ser adotada em todos os projetos da Justiça Federal.

“Nunca tivemos a oportunidade de analisar o trabalho do dia a dia. Mas isso é fundamental para apresentarmos os resultados que nos estão sendo exigidos”,

disse Márcia Borges, secretária de Desenvolvimento Institucional (SDI) do CJF. Ela fez um balanço da elaboração do planejamento estratégico da Justiça Federal, já concluído. Foram definidos 18 projetos estratégicos nacionais, dos quais 5% estão finalizados, 70% em andamento e 25% em planejamento. Segundo a secretária, o escritório de projetos nacional, montado no CJF, dará consultoria para a implantação e execução dos projetos estratégicos. Márcia Borges explicou que desde 2009 servidores vêm sendo capacitados para trabalhar com a metodologia de gerenciamento de projetos. O envolvimento dos tribunais ocorre por meio das reuniões de análise estratégica (RAEs), com o uso da videoconferência.

Tecnologia

A Justiça Federal vai realizar um inventário de serviços, sistemas, infraestrutura, pessoal e contratos em todas as unidades de Tecnologia e Informação. Este é o primeiro passo para a construção do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), que será realizado a partir da aprovação do PETI, o Planejamento Estratégico de TI, pelo CJF. Foi o que informou o subsecretário de Tecnologia e Suporte Técnico do CJF, André Chiaratto. “Este será um trabalho braçal, mas necessário para sabermos como estamos hoje”, disse. O inventário deverá estar concluído até o final de junho. A partir dele será possível definir o plano de ação de TI a ser implementado ainda este ano.

Já a equipe do CEJ informou aos diretores-gerais a aquisição do *software* Pégamo para integrar a Rede de Bibliotecas da Justiça Federal, projeto antigo que está próximo de se concretizar. As 1ª e 4ª Regiões já utilizam o sistema. A equipe também apresentou o andamento de projetos como o de educação a distância, a atualização do Plano Nacional de Capacitação de Servidores da Justiça Federal (PNC) e do Plano Nacional de Atualização dos Magistrados Federais (PNA), e o Programa de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário. 



DGs e secretários do CJF: compromisso na implantação dos projetos nacionais